

EDITORIAL

No primeiro número do e-Boletim Lei & Justiça, de tema livre, muitos foram os textos dedicados a intervenções legislativas no ordenamento jurídico de Timor-Leste. Esta tendência é certamente fruto da fragmentação do Direito timorense, que ainda depende amplamente do direito subsidiário. É também consequência da própria experiência dos autores, que de forma privilegiada conhecem o Direito e os desafios efetivos da sua aplicação. Para nós, foi principalmente a evidência de um compromisso genuíno e partilhado com o desenvolvimento do Direito em Timor-Leste. A confirmação da latência destes contributos, que apenas aguardavam um espaço adequado para se poderem concretizar, levou-nos a dedicar a segunda edição do e-Boletim Lei & Justiça, que tive o privilégio de coordenar com Ricardo Sousa da Cunha, à temática da Reforma Legislativa.

Na primeira parte, reunimos textos que, na sua maioria, representam palavras de incentivo ao legislador. Alguns, apontam caminhos em matérias tão variadas como a contratação pública, pela mão de Ana Rita Carneiro, os direitos das pessoas com deficiência, por Rita Páscoa dos Santos, a disciplina e justiça militar, por Nuno Ribeiro, e o regime do divórcio, por Joana Santos. Ricardo Sousa da Cunha utiliza este espaço para refletir sobre os problemas da produção legislativa, esboçando uma Teoria Normativa da Legislação. Sem surpresas, regressa ao e-Boletim a preocupação recorrente com direitos sobre bens imóveis – da perspetiva da sucessão de Estados, por Maria Ângela Carrascalão, no que respeita aos limites da expropriação, por Bernardo Almeida, e relativamente à usucapião da perspetiva do aplicador, por Isabel Silva.

Na segunda parte, temos a enorme honra de publicar as palavras de S. E., o Ministro da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares, Fidelis Leite Magalhães, que contribui para este número com a sua própria visão sobre a Reforma Legislativa.

Não será demais reiterar que o objetivo último do e-Boletim Lei & Justiça é promover o diálogo construtivo entre aqueles que pensam o Direito em Timor-Leste e

apoiar a divulgação do conhecimento jurídico o que, modesta mas insistentemente, continuaremos a perseguir.

É com este mesmo ímpeto que nos parece oportuno anunciar o lançamento do Repositório do Conhecimento Aberto, alojado no site networktimor.org, que pretende ser uma ponte de acesso a textos sobre o Direito Timorense. Continuaremos a estendê-lo, com o apoio de todos e para todos os membros da comunidade jurídica.

Boas leituras!

Carla Valério